

**TERMO DE COMPROMISSO COM A SOCIEDADE
E OS (AS) TRABALHADORES (AS) BRASILEIROS (AS)**

A sociedade e os (as) trabalhadores (as) brasileiros (as) não podem pagar a conta do ajuste fiscal, tendo seus direitos e garantias suprimidos pelo Executivo e o Parlamento nacionais.

O povo exige mais e melhores serviços públicos, entre educação, saúde, transporte, moradia e segurança, e a crise econômica mundial, que também assola o Brasil, não deve prejudicar ainda mais as classes populares que acessam os serviços públicos essenciais e os programas de subsistência.

As metas e estratégias do Plano Nacional de Educação precisam ser preservadas da crise, pois se tratam de políticas estratégicas para a superação das mazelas que há séculos assolam a nação.

Da mesma forma, a saúde pública, a previdência social, o Bolsa Família, os programas de moradia e a valorização do salário mínimo, vinculado às aposentadorias e pensões do INSS, são políticas que asseguram bem-estar e qualidade de vida à classe trabalhadora e ao povo mais humilde.

As garantias do trabalho com vistas a preservar o emprego, a renda, a qualidade de vida do (a) trabalhador (a) e de sua família não podem ser vítimas da ganância do capital, que precisa em tempos de crise diminuir a margem de lucro para preservar os direitos trabalhistas e recolocar o país na rota do desenvolvimento com inclusão social. É disso que trata a Constituição Federal de 1988, a respeito do valor social do trabalho e da livre iniciativa.

Diante destas considerações, comprometo-me, por meio de minha rubrica, a votar contra as seguintes medidas em tramitação no Congresso Nacional:

- PEC 241/16 – congela salários de servidores, limita investimentos públicos e suspende a vinculação constitucional de recursos para a educação e a saúde
Ass. _____
- PLP 257/16 (Câmara) e PLC 54/16 (Senado) – congela salários de servidores, proíbe realização de concurso público e limita investimentos em políticas públicas
Ass. _____
- PL 4.567 (Câmara) e PLS 131/16 (Senado) – retira a exclusividade da Petrobras para operar no pré-sal e compromete as receitas do petróleo para a educação e a saúde
Ass. _____
- PL 867/15 e outros correlatos (Escola sem Partido - Lei da Mordaza) – pretende cassar a liberdade de cátedra dos (as) educadores (as) e o pluralismo de ideias nas escolas
Ass. _____
- PL 4.330/06 (Câmara) e PLC 30/15 (Senado) – estende os contratos de terceirização para atividades fins das empresas, com conseqüente repercussão no serviço público por meio da Lei 9.637/98
Ass. _____

DEPUTADO (A): _____ UF: _____